

Desmate cresce 42% na Amazônia e volta a bater recorde

Dados são de abril, na comparação com 2020; ONG destaca que 26% da região estava sob nuvens e destruição pode ser ainda maior

André Borges / BRASÍLIA

O Brasil voltou a registrar recorde de desmate na Amazônia — 42% só em abril —, após o governo prometer dobrar as fiscalizações da floresta. Os dados oficiais do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados ontem apontam ainda que em abril de 2021 a região registrou o maior índice de alertas de destruição para o mês em toda a série histórica, iniciada em 2015 com a operação do satélite Deter B.

O desmatamento cresceu 42% na região com o mesmo mês (abril) do ano passado. Foram 581 km² até o dia 29, ante 407 km² em abril de 2020. A Organização Observatório do Clima chama a atenção para o fato de que 26% da Amazônia estava coberta de nuvens no período, ficando, assim, invisível ao satélite. É o maior percentual de nuvens para o mês na série iniciada em 2015. Isso significa que há grande chance de a área ser ainda maior.

Os dados apontam que, na prática, perdeu-se 58 mil hectares de floresta, o equivalente a cerca de 58 mil campos de futebol, em apenas um mês. “A estação seca na maior parte da Amazônia começa em maio e, a partir de junho, a tendência da devastação será consolidada. Nes-

te momento não é possível afirmar o que acontecerá, mas pode ser que em 2021 ocorra uma inédita quarta alta consecutiva do desmatamento. Os próximos meses dirão”, alerta o Observatório do Clima. Rômulo Batista, porta-voz do Greenpeace Brasil, afirmou que “o desmatamento vai continuar em alta senada forçado e é difícil imaginar que uma solução seja apresentada por um governo que é responsável por um aumento histórico do desmatamento e que represa e corta recursos para a proteção do ambiente”.

A preocupação geral é de que o País volte a registrar catástrofes como as ocorridas em 2019 na Amazônia e em 2020 no Pantanal. Duas semanas atrás, depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que iria dobrar os recursos de fiscalização do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICM-Bio), o governo fez exatamente o oposto, cortando aquilo que já estava previsto no orçamento dos órgãos por meio de vetos. Horas depois, o ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, afirmou que chegou a um acordo com o Ministério de Economia para repor os orçamentos e ampliar os repasses da fiscalização. Segundo Salles, serão adicionados 270 milhões aos órgãos. Nesta semana, foi anunciada contratação temporária de 1,6 mil profissionais para apoio às operações.

Hoje, Ibama e ICMBio vivem sérias restrições financeiras para executar serviços básicos. O sistema de atuação por crimes ambientais também está paralisado, após Ricardo Salles impor regras que, na prática, impossibilitaram que o trabalho seja executado em campo. Questionado pela reportagem, o ministro do Meio Ambiente delegou a responsabilidade pelo controle ao vice-presidente Hamilton Mourão. “Abril ainda

AUMENTO

● **Amazônia Legal teve recorde de desmatamento em abril**



Pará. Região registra maior índice de alertas para o mês da série histórica, iniciada em 2015

estava em vigor a GLO sob o comando do vice-presidente (que levou militares para a fiscalização). Peço encaminhar a ele os questionamentos”, declarou. A reportagem questionou a vice-presidência. Até as 19 horas, não houve resposta.

Para Suelly Araújo, ex-presidente do Ibama e especialista em políticas públicas da organização Observatório do

Clima, os números do sistema Deter de abril, com o maior valor desde 2015, refletem a ineficiência do governo atual no controle do desmatamento. “Abandonamos o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, substituído por narrativas, discursos em PDF com o título de plano no cabeçalho, deslegitimando os órgãos de fiscalização ambiental, e querem que esse esquema funcione”, comenta. “Não adianta prometer fiscalizar”, continua ela. “Devem ser concretizadas medidas efetivas, em reversão completa da antipolítica ambiental que está sendo conduzida pelo atual governo. Eu duvidava que essa reversão ocorra até o fim do governo

Bolsonaro. O projeto deles é de desinstitucionalização da política ambiental.” “Os dados dos últimos meses indicam uma tendência de alta muito preocupante, uma vez que nos aproximamos do período de seca na Amazônia e no Cerrado. O aumento do desmatamento reforça a percepção de que as ações do governo para o combate ao desmatamento continuam sem eficácia”, afirma o WWF Brasil. “Apesar do discurso apresentado na Cúpula do Clima, o governo de Jair Bolsonaro continua enfraquecendo o combate a ilegalidades por meio de mudanças contínuas que sistematicamente estranham o Ibama e demais órgãos ambientais.”

Militares

Em abril chegou ao fim a participação dos militares na fiscalização da floresta, ação que foi liderada pelo vice-presidente Hamilton Mourão, por meio da operação Verde Brasil 2.

* ANÁLISE: Marcelo Astrini

Quem planta desmonte colhe desmatamento

Ninguém que acompanha o tema levou a sério a promessa de Jair Bolsonaro de zerar o desmatamento ilegal em 2030, improvisada no último dia 22 na cúpula de líderes de Joe Biden. Afinal, estava ali um presidente cuja única política ambiental em 28 meses foi destruir tudo o que se construiu nesse setor nos últimos 12 anos.

O dado de alertas de desmatamento de abril apenas confirma essa tendência. Com o Ibama manietado e o processo de punição por crimes ambientais esfacelado, as oscilações na devastação desde agosto passado respondem não à ação do Esta-

do, mas à própria dinâmica interna do crime ambiental.

Excetuando-se algumas secretarias estaduais, que têm poder limitado, não há ninguém tomando conta da lojinha na Amazônia. A floresta virou um “open bar” para grileiros, garimpeiros e madeireiros ilegais.

Quando em cima disso tudo o ministro do Meio Ambiente desautoriza uma operação da PF e os presidentes da Câmara e do Senado pautam a anistia à grilagem e o fim do licenciamento ambiental, os bandidos entendem que o poder público federal está do lado deles.

Ainda dá tempo de evitar uma trágica quarta alta anual seguida no desmatamento. Mas Bolsonaro não parece interessado.

* SECRETÁRIO EXECUTIVO DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA, REDE DE 63 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

CRECISP RUA PAMPLONA, 1200 - TEL. (045) 3886-4900 - SP Informe Publicitário

COLUNA CRECISP

CRECISP e Tribunal de Justiça renovam convênio para avaliação imobiliária

O CRECISP e o Tribunal de Justiça de São Paulo renovaram, no dia 6 de maio, o termo de cooperação técnica que permite aos corretores de imóveis avaliadores emitir Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica (PIAM) ao TJSP, garantindo um trabalho bem-feito e que promova transparência e idoneidade à administração pública.

Segundo o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, este convênio trouxe uma nova realidade para a atividade profissional, principalmente no que se refere à valoração imobiliária. “Nosso trabalho se expandiu, atualmente são mais de 50 prefeituras, tribunais e ministérios públicos do Estado de São Paulo, permitindo a atuação dos corretores avaliadores neste importante trabalho social, que é apresentar o valor de mercado das propriedades, trazendo tranquilidade na prestação de contas destas instituições.”

“Desde o início da parceria, em 2013, foram realizadas 114 avaliações em atendimento ao requerido pelo Tribunal de Justiça, sendo 76 realizadas na Capital e 38 distribuídas nas cidades do Interior e do Interior. Portanto,

o trabalho é todo pulverizado pelo Estado de São Paulo”, completou o presidente.

O juiz assessor de Relações Institucionais do TJSP, João Baptista Galhardo, agradeceu o apoio e reiterou a parceria com o Conselho Regional. “Em nome do presidente e desembargador, Geraldo Francisco Pinheiro Franco, afirmo que este trabalho realizado em conjunto entre as duas entidades é de suma importância e esperamos que seja, cada vez mais, produtivo e com resultados promissores.”

O evento foi realizado de maneira virtual e contou com a participação do vice-presidente Gilberto Yegua, dos diretores Arthur Bojajan, Isaura Aparecida dos Santos e Ruberval Ramos Castello, e dos conselheiros, Agostinho Praça, Douglas Vargas, Rosângela Martelli, Therezinha Serafim e Bento Guidini. Também prestigiaram a solenidade o presidente da ABNT, Máio William Esper, a juíza assessora coordenadora de Contratos e Convênios da Presidência do TJSP, Juliana Amato Marzagão e o juiz assessor do Gabinete Civil do TJSP, Rodrigo Nogueira.

Aplicativo do Conselho

(Perguntas Respostadas com Frequência)

Para os profissionais que desejam ingressar no mercado de trabalho, o aplicativo do CRECISP disponibiliza acesso às vagas que foram cadastradas por empresas e instituições ligadas ao setor imobiliário, gerando novas oportunidades de emprego.

Para o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, esta ferramenta promove agilidade nas solicitações, com qualidade e eficiência. “Nosso objetivo é utilizar a tecnologia em prol dos profissionais e da entidade, garantindo qualidade superior em nossas atividades.”

Este recurso pode ser encontrado pelo link no site do CRECISP: <https://www.crecisp.gov.br/home/aplicativo-creci> ou pelo celular, nas lojas de aplicativos Play Store (para Android) ou App Store (para iPhone). Basta digitar CRECISP na barra de pesquisa, clicar em instalar e, ao término, é só utilizar o aplicativo.

Por meio de estudos e aprimoramentos tecnológicos, o CRECISP desenvolveu o seu novo aplicativo, cuja função é facilitar a comunicação e a interatividade com a entidade, proporcionando acesso aos serviços que antes eram realizados de forma presencial.

Essa ferramenta disponibiliza as agendas de eventos, o Portal Imobiliário, além de registrar denúncias e buscar corretores e imobiliárias por cidade ou região. O CIRP Digital (Cartão de Identidade e Regulação Profissional) também pode ser acessado rapidamente pelo App, e o profissional consegue, ainda, atualizar seu cadastro, solicitar fiscalização, pesquisar conteúdos e obter seu cartão de visitas.

Além de se informar com os podcasts da entidade, de fácil entendimento, o App garante mais segurança ao corretor de imóveis, pois sem sair de sua casa ou ambiente de trabalho, pode ser atendido pelo WhatsApp, por videoconferência, chat, fale conosco ou consultar o FAQ

Projeto facilita licença para 13 atividades

ONGs criticam impacto de novo regimento em análise na Câmara; relator fala em garantir segurança para investidor

BRASÍLIA

O projeto que estabelece a nova Lei do Licenciamento Ambiental, que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende levar ao plenário na próxima semana acaba com a necessidade de licenciar 13 atividades de impacto ao meio ambiente. Trata-se, na avaliação das principais organizações ambientais que atuam no País, da pior proposta já elaborada pelo Congresso sobre o assunto nas últimas décadas, por fragilizar processos de monitoramento e favorecer riscos para tragédias.

mentar da Agropecuária (PPA). O texto substitutivo, que não chegou a ser objeto de nenhuma discussão aberta com a sociedade civil, foi repassado às organizações Greenpeace Brasil, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Democracia e Sustentabilidade, Instituto Sociedade, População e Natureza, Instituto Socioambiental (ISA), Observatório do Clima, SOS Mata Atlântica e WWF Brasil. A reportagem também teve acesso ao documento.

Uma das principais propostas que chamam a atenção diz respeito à dispensa expressa de licenças para cultivo de espécies de interesse agrícola, pecuária extensiva e semi-intensiva.

● A crítica das ONGs

“Evidencia-se arranjo entre determinados setores econômicos e o relator da matéria para simplesmente eliminar o controle prévio dos impactos desses empreendimentos”, dizem as organizações.

va, além de pecuária intensiva de pequeno porte. Outros 13 tipos de atividades ficam isentas da obrigação de serem licenciadas. São atividades impactantes como obras de transmissão de energia elétrica com tensão de 69 kV; sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário; obras de manutenção de infraestrutura em instalações preexistentes, com exceção, além de dragagens (retirada de sedimentos) de rios.

Além das dispensas de licenciamento, o projeto prevê que uma licença autodeclaratória (licença por adesão e compromisso, conhecida como LAC) seja emitida automaticamente, sem qualquer análise prévia pelo órgão ambiental. O deputado Neri Geller, que tem apoio do governo de Jair Bolsonaro, disse que preparou um documento técnico, com “zero ideologia”. Ao Estadão, afirmou que busca “trazer segurança jurídica para o investidor, para o licenciador, para que ele possa ter condições de liberar projetos importantes”. Sua proposta também é defendida pela Frente Parlamentar da Agropecuária, que detém uma das maiores bancadas do Congresso. O Ministério do Meio Ambiente não se pronunciou.